

Escolarização de alunos(as)
surdos(as): o direito à educação
em espaços bilíngues com Libras
como língua de instrução

Profa. Dra. Sylvia Lia Grespan Neves

	Def. Auditiva	Surdos
Região Norte	591.018	146.295
Região	2.267.967	657.466
Região	492.651	141.201
Região	2.967.993	867.781
Região	1.108.600	330.426
Brasil	9,7 milhões de pessoa com surdez	



95% são filhas de pais ouvintes, os quais, em geral, desconhecem ou rejeitam a língua de sinais

(skliar, 1997, p.132)

TERMINOLOGIA

PESSOA

SURDA

Visão Cultural

Sujeito vista em sua DIFERENÇA

Resistencia à sua língua – LIBRAS Direito Linguístico

Cultura Surda

Movimento Surdo/Associações

Identidades Surdas

DEFICIENCIA AUDITIVA

Visão Clinica

Sujeito visto em sua anormalidade,

Segue a língua da sociedade majoritária de ouvintes – Língua Portuguesa

Cultura Ouvinte

-

Identidade Ouvinte

(CAMPOS, 2008)

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS (UNESCO, 1996)

Assegura os direitos:

- ✓ manutenção e desenvolvimento de cultura própria;
- ✓ ensino na própria língua e na própria cultura.



“O ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro”.

(Artigo 3)

“Todas as comunidades linguísticas tem direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua, como língua veicular e como objeto de estudo, em todos os níveis de ensino no interior do seu território: pré-escolar, primário, secundário, técnico e profissional, universitário e formação de adultos.” (Artigo 24)

Documentos	O que garantem?
Declaração Universal dos Direitos Linguísticos	Garante importância de espaço linguístico tais como: escolas e salas bilíngues para que os sujeitos possam ter a interação entre si.
Convenção ONU	Respeito direito linguístico das criança surdas, importância formação identidade cultura.
Lei Libras 10.436	Reconhece a língua como meio de comunicação das pessoas surdas um sistema linguístico oriundo das comunidades surdas, tem uma diferença cultural e identitária.
Decreto 5.626	Dentre outras coisas, garante educação bilíngue
Convenção Internacional dos Direitos PCD – decreto 6.949	Garante a educação bilíngue dos surdos, promove cultura surda, identidade das pessoas surdas, identidade linguística e que deve ser valorizada
PNE 2014-2024 Lei 13.005/2014 Meta 4.7	Garante educação bilíngue dos surdos
LBI – Lei Brasileira de Inclusão Lei 13.146/2015	Garante educação bilíngue dos surdos
LDB de 2021 Lei 14191/2021	Insere educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino

INTERNATIONAL DISABILITY ALLIANCE (IDA, 2013)

Consolidação de um (novo?) paradigma na educação:

- (i) todas as crianças devem ter o mesmo acesso à educação;
- (ii) crianças aprendem melhor quando aprendem juntas e
- (iii) reconhecer e celebrar a diversidade e aumentar as oportunidades para participação igual.

LÍNGUA DE SINAIS COMO LÍNGUA DE INSTRUÇÃO

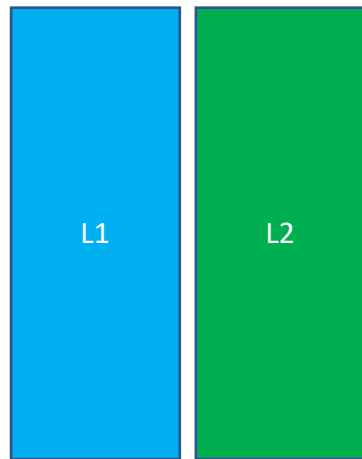
LÍNGUA DE INSTRUÇÃO

(Benson, 2004; Bühmann and Trudell, 2007; Pinnock, 2009; LN, 2022)

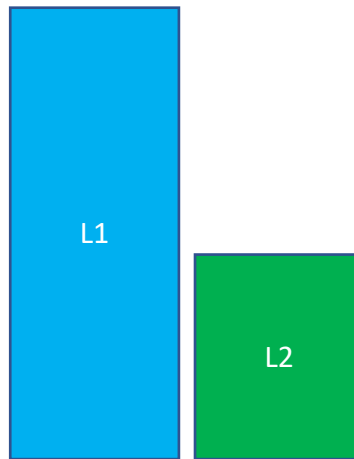
Uma prática baseada em evidências: L1 como língua de instrução

- Não uso da língua de sinais como língua de instrução do aluno surdo causa sério risco à aprendizagem deste aluno e à construção de sua identidade (Campos, 2014)
- As crianças aprendem melhor quando a primeira língua de ensino é a sua língua materna (Benson, 2004; Bühmann e Trudell, 2007; Pinnock, 2009, 2009).
- Quando as línguas de casa e da escola diferem, há um impacto negativo nas pontuações dos testes. (UNESCO, 2016).
- Há correlação positiva entre L1 como língua de instrução e o desempenho do aluno, especialmente em leitura (Trudell, 2016).

As línguas na Educação Bilíngue das minorias



SUJEITO
BILÍNGUE



SUJEITO
MONOLÍNGUE



SUJEITO
SEMILÍNGUE OU
SEM LÍNGUA

QUAL
LÍNGUA?

APRENDIZAGEM

COGNIÇÃO



DE DENTRO PARA FORA

PROTAGONISMO

INSTRUÇÃO

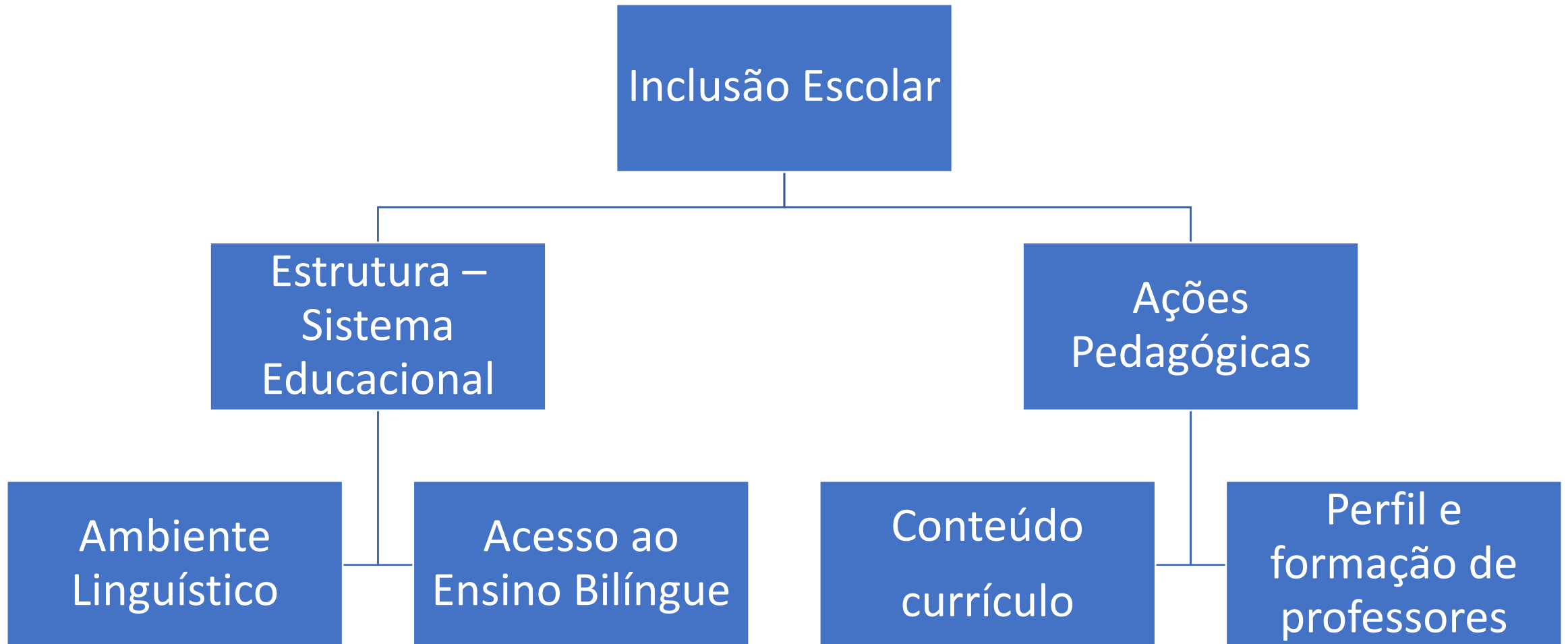
IDENTIDADE

COMUNICAÇÃO

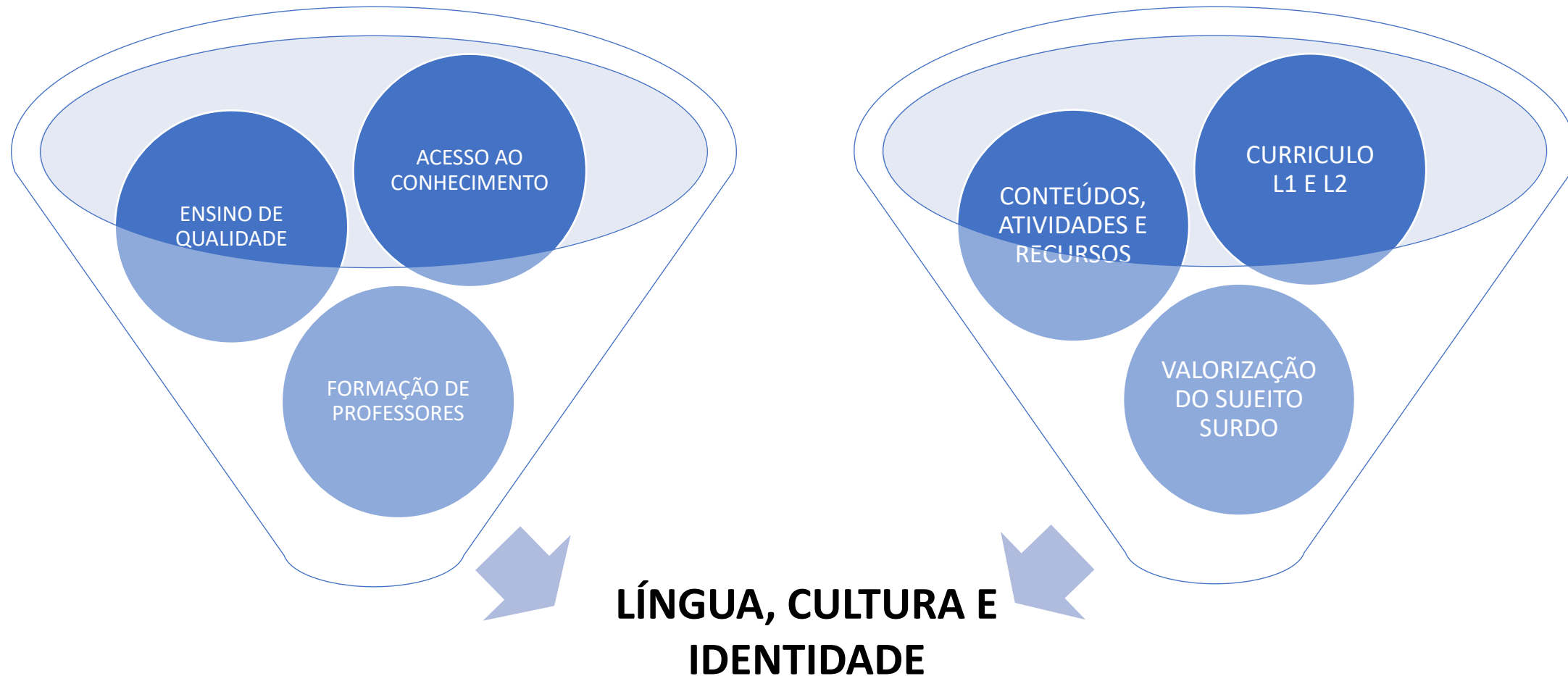
AQUISIÇÃO



Espaços Bilingues com libras como Língua de Instrução



O QUE ALUNOS SURDOS QUEREM NO “APRENDER e CONSTRUIR AO USO DE LIBRAS COMO LINGUA DE INSTRUÇÃO”?





CULTURA

IDENTIDADE

EXPERIÊNCIA VISUAL

EMPODERAMENTO

APRENDIZAGEM

VISÃO CRÍTICA

Direitos linguísticos dos surdos acesso à sua língua:

- Aquisição da linguagem;
- A língua enquanto meio e fim da interação social, cultural, política e científica;
- A língua enquanto instrumento formal de ensino da língua nativa (ou seja, alfabetização, disciplinas de língua de sinais como parte do currículo da formação de pessoas surdas);
- A língua portuguesa como uma segunda língua (alfabetização e letramento)

(Quadros, 2003)

Espaços bilingues



Espaços bilíngues: a escola bilíngue



1

Língua de Instrução

2

Espaço Linguístico

3

Professores Surdos

4

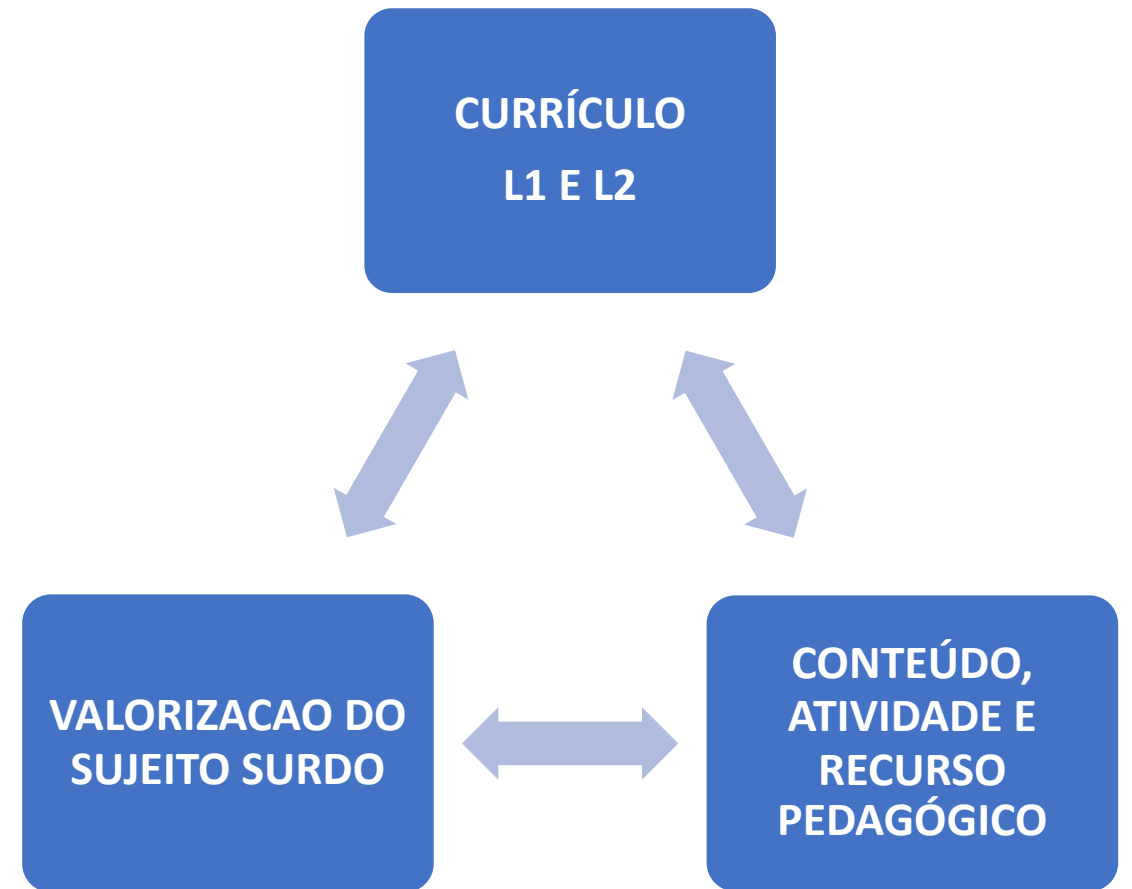
Pesquisadores Científicos

Escolas Bilíngues de Surdos

- A Libras como língua de ensino, instrução, comunicação e interação, dentro e fora de sala de aula, e o português escrito, como língua de instrução, impresso nos materiais didáticos presentes no ambiente escolar.
- A Libras é ensinada como primeira língua e o português escrito ensinado como segunda língua, mediada pela Libras, de forma a atender às especificidades linguísticas dos estudantes e a garantir que a escolarização respeite a condição da pessoa surda e sua experiência visual como constituidora de identidade e cultura singulares.

Mudança na Educação Bilíngue

PRÁTICA		
QUALIDADE DE ENSINO	ACESSO AO CONHECIMENTO	PERMANÊNCIA



Espaços bilíngues: o pólo bilíngue



Espaços bilíngues: na escola comum



Espaços bilíngues: AEE



ATIVIDADE EM GRUPO (05 pessoas):

- Como a escola regular vai garantir o processo de aquisição de língua através da Libras?
- O intérprete fluente trará língua de instrução para alunos surdos na escola regular?
- Como a escola regular vai garantir ao aluno surdo o seu processo de alfabetização na escrita da Libras?
- Como a escola vai garantir o acesso aos conhecimentos específicos da Libras em escolas que utilizam o português como língua de instrução?

Histórico da Educação de Surdos no Município de São Paulo (Currículo da Cidade, LBS, 2019)

1952: Núcleo Educacional para Crianças Surdas Helen Keller, na zona central da cidade. O ensino era baseado no ensino da LP oral e escrita, fundamentado pelo Oralismo.

1988 e 1999: EMEE Anne Sullivan, na zona sul; EMEE Neusa Basseto, na zona leste; EMEE Madre Lucie Bray e EMEE Professor Mário Pereira Bicudo, na zona norte e EMEE Vera Lúcia Aparecida Ribeiro, na zona oeste: mudanças na abordagem linguística.

2008: Criação dos documentos de Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental para as disciplinas curriculares.

2012: “Cadernos de apoio e aprendizagem” do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental

2010: GT para organização de escolas bilíngues para surdos.

2011: Decreto 52.785 criou as Escolas de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS na Rede Municipal de Ensino - nova etapa de atendimento às crianças, jovens e adultos surdos da cidade de SP.

Em 2012, foram criadas ainda duas Escolas Polo Bilíngue para Surdos e Ouvintes no CEU Capão Redondo, na zona sul, e no CEU São Rafael, na zona leste.

Decreto nº 57.379 (dezembro 2016) regulamentado pela Portaria nº 8.764 (dezembro 2016), reconhece o direito dos surdos a uma Educação Bilíngue de qualidade que respeita sua identidade e cultura.

2017 - início à atualização do currículo de Libras e de L. P. para surdos, com o objetivo de manter as inter-relações entre os dois currículos de forma que estes pudessem caminhar juntos em suas etapas de construção e nos conteúdos a serem abordados durante os anos escolares a que se propõem.

- Escola bilingue
- <https://www.youtube.com/watch?v=r41GcLxQUdw>
- <https://www.youtube.com/watch?v=MQPi6IYT-x0>
- https://www.youtube.com/watch?v=XXSWX_4Lfbg

Referências Bibliográficas:

- QUADROS, R. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p.81-111, 2003.
- Skutnabb-Kangas (1981)
- Campos (2014)
- Benson, 2004
- Bühmann e Trudell, 2007
- Pinnock, 2009
- UNESCO, 2016
- Trudell, 2016